

DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.35108>

SEÇÃO: ARTIGOS

Produção acadêmica e científica em programas *stricto sensu*: uma análise sob o recorte de gênero

Suzete Gonçalves Caçula¹, Mauro Mccarthy de Oliveira Silva²,
Beatriz de Castro Magalhães³, Grayce Alencar Albuquerque⁴

RESUMO

A maternidade tem impacto na carreira docente. Dessa forma, objetivou-se analisar a produtividade de docentes inseridos/as em programas de pós-graduação *stricto sensu* sob recorte de gênero e maternidade. Trata-se de um estudo descritivo, documental e quantitativo, realizado a partir do acesso a currículos Lattes de docentes de ambos os sexos, inseridos em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Nordeste do Brasil, no quadriênio 2017-2020. Os dados foram analisados pela estatística descritiva simples e 90 currículos foram incluídos na amostra, sendo 30 referentes ao sexo feminino que gozaram da licença-maternidade, 30 do sexo feminino sem licença e 30 do sexo masculino. Os achados revelam produtividade acadêmica e científica maior em docentes do sexo masculino, em parte, pelas desigualdades de gênero identificadas. Conclui-se que o viés de gênero dificulta a produtividade equânime entre os gêneros, ainda mais díspares frente à maternidade, o que reforça a necessidade de políticas de igualdade entre os gêneros na academia.

Palavras-chave: docentes; pesquisadora; iniquidade de gênero; licença parental.

Como citar este documento – ABNT

CAÇULA, Suzete Gonçalves; SILVA, Mauro Mccarthy de Oliveira; MAGALHÃES, Beatriz de Castro; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Produção acadêmica e científica em programas *stricto sensu*: uma análise sob o recorte de gênero. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e035108, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.35108>.

Recebido em: 07/07/2021
Aprovado em: 30/09/2021
Publicado em: 31/03/2022

¹ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3098-332X>. E-mail: suzetecacula@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8895-7760>. E-mail: mauro_mccarthy@hotmail.com

³ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6827-6359>. E-mail: beatriz.castromagalhaes@urca.br

⁴ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8726-0619>. E-mail: grayce.alencar@urca.br

Producción académica y científica en programas stricto sensu: un análisis bajo el corte de género

RESUMEN

La maternidad tiene un impacto en la carrera docente. Así, este estudio tuvo como objetivo analizar la productividad de los profesores insertados en los programas de posgrado stricto sensu bajo el corte de género y maternidad. Se trata de un estudio descriptivo, documental, cuantitativo, realizado a partir del acceso a las latas curriculares de profesores de ambos géneros, insertados en programas de Posgrado stricto sensu en el Nordeste de Brasil, en el cuatrienio 2017-2020. Los datos se analizaron mediante estadística descriptiva simple y se incluyeron en la muestra 90 currículos, siendo 30 mujeres que disfrutaron de la baja por maternidad, 30 mujeres sin baja y 30 hombres. Los resultados revelan una mayor productividad académica y científica en los profesores varones, en parte debido a las desigualdades de género identificadas. Se concluye que el sesgo de género dificulta la productividad equitativa entre los géneros, aún más dispar frente a la maternidad, lo que refuerza la necesidad de políticas de igualdad entre los géneros en la academia.

Palabras clave: profesores; investigadora; la desigualdad de género; permiso parental.

Academic and scientific production in stricto sensu programs: an analysis under the gender cutting

ABSTRACT

Motherhood has an impact on the teaching career. Thus, this study aimed to analyze the productivity of teachers inserted in stricto sensu graduate programs under the field of gender and maternity. This is a descriptive, documental, and quantitative study, carried out from the access to the curriculum Lattes of professors of both genders, inserted in stricto sensu graduate programs in the Northeast of Brazil, in the quadrennium 2017-2020. The data was analyzed by simple descriptive statistics and 90 resumes were included in the sample, being 30 females who got maternity leave, 30 females without leave and 30 males. The findings reveal higher academic and scientific productivity in male professors, in part, due to the gender inequalities identified. We conclude that the gender bias hinders the equal productivity between genders, even more disparate in the face of maternity, which reinforces the need for gender equality policies in the academy.

Keywords: professors; researcher; gender inequity; parental leave.

INTRODUÇÃO

O início do século XIX foi marcado pelo pensamento sexista que acreditava na inferioridade natural da mulher em decorrência de suas condições físicas e biológicas, sendo reservada a essas o espaço doméstico e a procriação, com negação do direito à educação ou, simplesmente, à permissão para a aprendizagem das primeiras letras (CAMPOS, 2017).

No entanto, durante o desenvolvimento da sociedade moderna, as mulheres perceberam a exploração e opressão a que eram submetidas e foram levadas à subversão. Com isso, resolveram lutar por emancipação e pela conquista de direitos, por meio do embate político, dando-se origem ao movimento feminista que surge no final do século XVIII e se consolida no século XIX, se alastrando pelos países europeus e pelos Estados Unidos da América (GREGORY, 2018).

Após muita luta por condições de igualdade, as mulheres alcançaram inúmeras conquistas, dentre elas, além do voto, o direito de atuar no mercado de trabalho e o acesso à educação formal. Nesse momento, surgem escolas, internatos e cursos direcionados ao público feminino, que passou a ter acesso à cultura e ampliação de seus horizontes (PINSKY; PEDRO, 2003) e o fez avançar para além da perspectiva estudantil, partindo para a iniciação na função docente.

A inserção da presença feminina no magistério pôde ser observada ao longo do século XIX por fatores relacionados à identificação da figura feminina com a arte de educar, à saída de homens para a guerra e, também, em decorrência da ampliação de possibilidades profissionais para o sexo masculino em outros setores, com remunerações mais vantajosas (ABDALA; MOURA, 2016).

De fato, mesmo que ocupem cargos semelhantes aos das mulheres, os homens percebem maiores vantagens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade salarial entre gêneros continua existindo. A pesquisa ressalta que, apesar de serem a maioria no mercado de trabalho, as mulheres ganham em média 20,5% a menos que os homens (PARADELLA, 2019). Segundo o mesmo estudo, na educação, por exemplo, tratando-se de docentes do ensino superior, o salário feminino é cerca de 17,4% menor.

Em relação ao exercício da docência, a tendência é designar aos homens os níveis de ensino mais elevados, e às mulheres, os mais básicos, como o ensino infantil e o fundamental (ATAIDE; NUNES, 2016). Ainda, quando inseridas no ensino superior, as mulheres são maioria em cursos tradicionalmente femininos, como Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Letras, e essa visão influencia o valor dos salários entre os sexos, desvalorizando carreiras culturalmente ligadas ao cuidado (OIT, 2010). Mesmo diante dessa visão, mulheres conquistaram espaços laborais em carreiras predominantemente masculinas,

expandindo-se como docentes no magistério superior e na ciência, espaço que antes era frequentado somente por homens (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016; LANDERDAHL *et al.*, 2013).

No entanto, apesar de alcançado o Magistério Superior e a inserção em programas de *stricto sensu*, atuando como docente e cientista, a participação feminina na ciência foi, durante muitos anos, algo restrito ou negado. Destaca-se que a trajetória feminina na ciência é constituída por uma cultura baseada no “modelo masculino de carreira”, que demanda tempo integral ao trabalho e incentiva relações produtivas e competitivas; nesse contexto, a mulher necessita construir sua identidade profissional, sendo desafiada a produzir incessantemente, mesmo possuindo outras obrigações que, na maioria das vezes, os homens não as assumam (VELHO, 2006).

Na docência da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, por exemplo, as mulheres ainda estão em menor proporção (BARROS; MOURÃO, 2020). Um dos motivos que pode justificar o menor quantitativo de docentes mulheres inseridas na pós-graduação volta-se para o recorte de gênero, vinculado ao exercício da maternidade, uma vez que, frente à última, podem existir dificuldades para ascensão profissional e para produzir, registrar e comprovar sua produção acadêmica e científica (FARIA, 2018), especialmente em regiões em que os estereótipos de gênero são mais evidentes, como a região Nordeste do Brasil, que reforça as relações de poder entre os sexos, atribuindo ao homem hegemonia, e à mulher uma identidade cultural submissa, centrada em ser a principal responsável pelos cuidados domiciliares e com a prole (BRILHANTE *et al.*, 2015).

É fato que, em relação à maternidade e após sua licença, o bebê continua dependente da mãe, sendo ela responsável primária por seu cuidado e alimentação, até que a criança se torne independente. Com isso, retomar as atividades acadêmicas e científicas após o afastamento e se manter produtiva é uma tarefa difícil, podendo fazer com que a mulher não consiga manter um rendimento acadêmico e científico satisfatório (IVO; FERREIRA, 2019); o que é uma exigência imposta pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para sua permanência e qualificação.

Diante desta conjuntura, o estudo objetivou analisar a produtividade de docentes inseridos/as em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Nordeste do Brasil, a partir do recorte de gênero e maternidade.

Leva-se em consideração a especificidade do Nordeste enquanto região de forte representação de gênero, bem como a elevada expansão nessa região do acesso à programas *stricto sensu*, conforme divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apontou aumento de 200% no número de alunos matriculados em

cursos de mestrado e doutorado entre os anos de 2006 a 2017, passando de 17 mil para 51 mil (CAPES, 2019), de forma a permitir reflexões que evidenciem possíveis discrepâncias entre os sexos no que se refere à atuação docente e científica.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, documental e de abordagem quantitativa, realizado entre os meses de março a agosto de 2020, a partir do acesso ao currículo Lattes e ao levantamento do quantitativo das atividades acadêmicas e produções científicas de docentes de ambos os sexos, inseridos em programas de pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste, no Brasil.

Para desenvolvimento do estudo, foi realizado um levantamento dos programas de mestrado e doutorado cadastrados e em funcionamento nesta região, por meio do acesso à Plataforma Sucupira, que é uma ferramenta para coleta de informações e avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) com programas de pós-graduação *stricto sensu* (CAPES, 2014), em que se identificou um total de 963 programas de mestrado ou doutorado existentes e em funcionamento na região Nordeste/Brasil; sendo obtido também, por meio dessa plataforma, os e-mails para contato com os respectivos programas.

Após realização desse levantamento e em posse dos e-mails das coordenações dos cursos inseridos nessa plataforma, procedeu-se ao contato com as coordenações, objetivando a solicitação dos nomes dos/as docentes cadastrados nos programas de pós-graduação no quadriênio 2017-2020, para posterior busca dos seus currículos Lattes na Plataforma Lattes, havendo solicitação de destaque sobre a ocorrência de licença-maternidade em docentes do sexo feminino no quadriênio; e a partir dessa informação, delimitaram-se três categorias docentes para análise: i) docentes do sexo feminino com licença-maternidade (DSF-LM), ii) docentes do sexo feminino sem licença-maternidade (DSF) e iii) docentes do sexo masculino (DSM).

Para retorno dos programas com as informações solicitadas, foi estipulado um período de dois meses (abril e maio de 2020) havendo, no entanto, somente a devolutiva de 43 programas. Ressalta-se que se observaram inúmeros e-mails incorretos cadastrados na Sucupira, bem como justificativas para não participação, principalmente em decorrência do período vigente de complementação de informações referentes à Plataforma Sucupira, tendo em vista a finalização do quadriênio atual e avaliação CAPES.

A partir das respostas emitidas pelas 43 coordenações, os currículos Lattes dos/as docentes foram acessados, obtendo, assim, as seguintes informações referentes ao quadriênio 2017-2020: i) ano de conclusão de curso de doutorado, ii) quantitativo de artigos, livros e capítulos de livros publicados, iii) participação em bancas de graduação, pós-graduação *lato sensu* e

stricto sensu, iv) orientações em andamento e concluídas de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, v) participação em eventos e vi) quantitativo de projetos de pesquisa e extensão em andamento e concluídos.

Identificou-se um total de 30 docentes do sexo feminino que gozaram de licença-maternidade (LM) no quadriênio 2017-2020, 269 docentes do sexo feminino sem licença-maternidade e 405 docentes do sexo masculino. Levando em consideração o número de docentes do sexo feminino que gozaram LM, optou-se por delimitar o mesmo quantitativo para a amostra das demais categorias docentes, a fim de realizar um comparativo de produtividade acadêmica e científica entre eles. Para tanto, as docentes do sexo feminino sem LM e os do sexo masculino foram enumerados e realizou-se seleção por amostragem aleatória simples, a partir de um sorteio, em que todos/as tiveram a mesma probabilidade de ser sorteado/a e compor a amostra. Assim, ao final, compuseram a amostra um total de 90 docentes, sendo 30 para cada categoria.

Para análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva simples, a qual possui como objetivo sintetizar um conjunto de valores da mesma natureza, organizando-os e descrevendo-os por meio de gráficos e tabelas através do *Microsoft Excel*. Ainda, calculou-se a média das produções dos docentes de cada categoria, sendo o quantitativo de suas produções dividido pelo número de docentes.

A referida pesquisa não precisou ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois envolveu dados de domínio público contidos na Plataforma Lattes e os/as participantes da pesquisa não foram identificados/as (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

RESULTADOS

Quanto à distribuição dos programas *stricto sensu* aos quais a amostra está vinculada, observa-se que eles se concentram, em sua maioria, no estado do Rio Grande do Norte (n=18, 20%), seguido pelo Ceará (n=15, 16,67%) e por Pernambuco (n=13, 14,44%). Quanto ao tempo de conclusão do doutoramento, a maioria dos/as docentes são considerados/as jovens doutores (n=58, 64,44%), ou seja, com menos de 10 anos de conclusão do curso, estando em sua maioria inseridos/as em programas de mestrado (n= 56, 62,22%), conforme tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição dos/as docentes quanto ao estado de ensino, tempo de conclusão de curso de doutorado e modalidade de inserção como docente *stricto sensu*, Nordeste, Brasil, 2020.

Variáveis Docentes		DSFLM		DSF		DSM		TOTAL	
		N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
		N=30	33,33%	N=30	33,33%	N=30	33,33%	N=90	100%
Estados	PE	03	33,33%	05	5,55%	05	5,56%	13	14,44%
	CE	10	11,11%	02	2,22%	03	3,34%	15	16,67%
	BA	04	4,44%	04	4,44%	02	2,22%	10	11,11%
	PB	02	2,22%	02	2,22%	03	3,34%	07	7,78%
	SE	02	2,22%	03	33,33%	06	6,67%	11	12,22%
	RN	06	6,67%	08	8,89%	04	4,44%	18	20%
	AL	03	3,33%	02	2,22%	04	4,44%	09	10%
	PI	00	0%	04	4,45%	03	3,33%	07	7,78%
Ano de conclusão doutorado	1980-1989	00	0%	01	1,11%	00	0%	01	1,11%
	1990-1999	00	0%	03	3,34%	02	2,22%	05	5,56%
	2000-2009	05	5,56%	10	11,11%	11	12,22%	26	28,89%
	2010-2019	25	27,79%	16	17,77%	17	18,89%	58	64,44%
Modalidade inseridos	Mestrado	23	25,56%	17	18,89%	16	17,77%	56	62,22%
	Doutorado	07	7,78%	13	14,44%	14	15,56%	34	37,78%

Fonte: levantamento a partir de acesso à Plataforma Sucupira e Plataforma Lattes.

Quanto à produtividade acadêmica e científica dos/as docentes, observa-se que, comparativamente, em números absolutos e relativos, docentes do sexo masculino apresentam as maiores produções entre as sete variáveis demonstradas na tabela 02, com maioria em cinco destas. Em contrapartida, mulheres docentes que gozaram licença-maternidade apresentaram menor produtividade, sendo elas maioria nas cinco variáveis de menor quantitativo.

Tabela 02 – Produtividade acadêmica e científica docente em programas *stricto sensu*, Nordeste, Brasil, 2020.

Variáveis		DSFLM		DSF		DSM		TOTAL
		N°	%	N°	%	N°	%	N°
		N=30	33,33%	N=30	33,33%	N=30	33,33%	N=90
Artigos publicados	-	382	32,87%	340	29,26%	440	37,87%	1162
Livros e Cap. Livros	-	105	26,92%	183	46,92%	102	26,16%	390
Participação em bancas	<i>Stricto sensu</i>	190	22,38%	313	36,87%	346	40,75%	849
	<i>Lato sensu</i> e graduação	264	35,20%	227	30,27%	259	34,53%	750
Orientações em andamento	<i>Stricto sensu</i>	89	27,30%	111	34,05%	126	38,65	326
	<i>Lato sensu</i> e graduação	20	39,21%	15	29,41%	16	31,38%	51
	<i>Stricto sensu</i>	97	25%	138	35,57%	153	39,43%	388

Produção acadêmica e científica em programas *stricto sensu*: uma análise sob o recorte de gênero

Suzete Gonçalves Caçula, Mauro McCarthy de Oliveira Silva,
Beatriz de Castro Magalhães, Grayce Alencar Albuquerque

Orientações concluídas	<i>Lato sensu</i> e graduação	262	44,56%	133	22,61%	193	32,83%	588
Participação em eventos	-	169	25,3%	265	39,67%	234	35,03%	668
Projetos de pesquisa e extensão	Em andamento	108	33,12	101	30,99%	117	35,89%	326
	Concluídos	82	36,77%	74	33,19%	67	30,04%	223
Total	-	1.768	30,90%	1.900	33,21%	2.053	35,89%	5.721

Fonte: levantamento a partir de acesso à Plataforma Sucupira e Plataforma Lattes.

Procedendo ao cálculo da média de produtividade docente no quadriênio 2017-2020, identificou-se mais uma vez, que docentes do sexo masculino apresentaram as maiores médias entre as sete variáveis presentes na tabela 03, com maioria em cinco destas, com destaque aos indicadores avaliados pela Sucupira, como artigos publicados (14,66 por docente), participação em bancas *stricto sensu* (5,77 por docente) e orientações concluídas e em andamento *stricto sensu*, respectivamente (2,55 por docente) e (2,1 por docente); estando as docentes do sexo feminino que gozaram licença maternidade, a apresentarem, mais uma vez, a menor produtividade, sendo maioria nas cinco variáveis de menor média.

Tabela 03 – Média de produtividade docente em programas *stricto sensu*, Nordeste, Brasil, 2020.

Variáveis		DSFLM N=30	DSF N=30	DSM N=30
Artigos publicados	-	12,73	11,33	14,66
Livros e Cap. Livros	-	1,75	3,05	1,70
Participação em bancas	<i>Stricto sensu</i>	3,16	5,21	5,77
	<i>Lato sensu</i> e graduação	4,40	3,78	4,32
Orientações em andamento	<i>Stricto sensu</i>	1,48	1,85	2,1
	<i>Lato sensu</i> e graduação	0,33	0,85	0,26
Orientações concluídas	<i>Stricto sensu</i>	1,61	2,3	2,55
	<i>Lato sensu</i> e graduação	4,36	2,22	3,22
Participação em eventos	-	2,81	8,83	7,8
Projetos de pesquisa e extensão	Em andamento	1,8	1,68	1,95
	Concluídos	1,38	1,23	1,11

Fonte: levantamento a partir de acesso à Plataforma Sucupira e Plataforma Lattes.

Por fim, quanto à produtividade, em todos os cenários, isto é: média de produção científica – artigos, livros e capítulos –, média de orientações e bancas – orientações em andamento e

concluídas *stricto sensu*, *Lato Sensu* e graduação –, média de projetos e eventos – participação em eventos e projetos de pesquisa e extensão concluídos e em andamento – e média geral de produtividade – somatório de todas as variáveis –, observa-se que docentes do sexo masculino se destacam com as maiores médias, estando as docentes do sexo feminino com licença-maternidade a apresentarem os menores valores, conforme Gráfico 01.

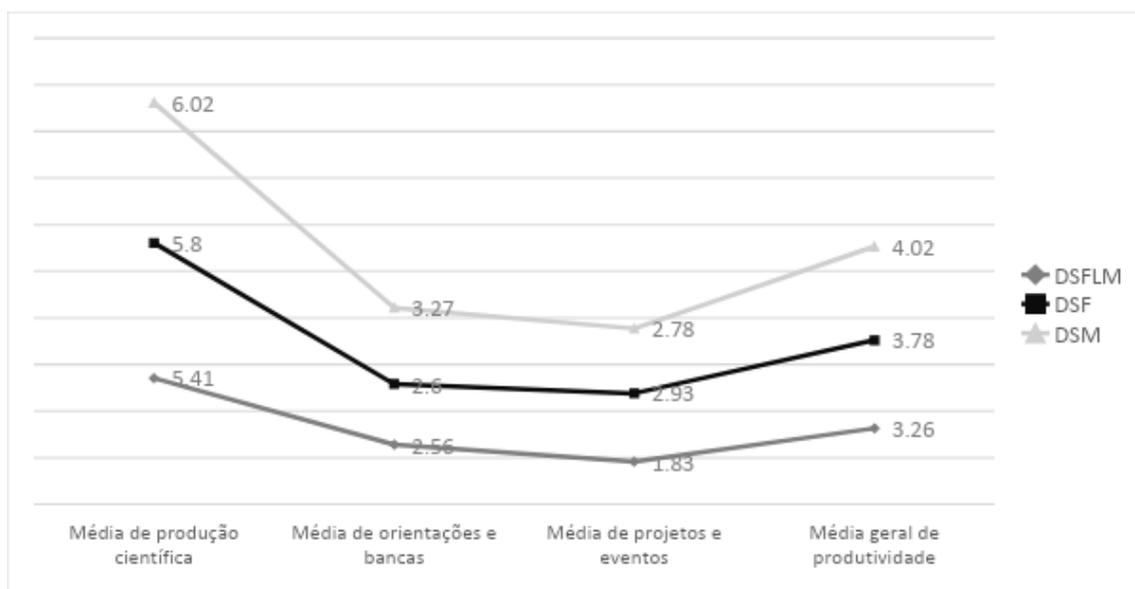


Gráfico 01 – Média de produtividade geral docente em programas *stricto sensu*, Nordeste, Brasil, 2020.

Fonte: levantamento a partir de acesso à Plataforma Sucupira e à Plataforma Lattes.

DISCUSSÃO

A pós-graduação *stricto sensu* e seu sistema no Brasil é considerada importante alavanca para as políticas de Estado, tendo em vista a composição de ações que direcionam a elaboração de políticas públicas, a repercussão frente à formação de recursos humanos qualificados e a publicização da ciência produzida (FREITAS; SOUZA, 2018).

Para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento desse sistema, desde 1970, a CAPES implantou avaliações sistemáticas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, permitindo que a produção nacional iniciasse um processo de visibilidade externa, embora ainda apresente dificuldades para se manter em posições elevadas no ranking das publicações internacionais (KUENZER; MORAES, 2005), em parte, como resultado de uma deficiência histórica de investimento econômico no setor.

No entanto, se por um lado o Brasil ainda não integra o seletor grupo dos 10 países com maior produção científica no mundo, por outro, em apenas 17 anos, ele aumentou sua colaboração

dentro da produção científica no mundo, com um salto de 1,12% anteriormente para 2,22%, nos dias atuais, em relação ao número de artigos publicados (BRASIL, 2019).

O aumento substancial na produtividade científica nacional é resultado da expansão da pós-graduação brasileira. No ano 2000, por exemplo, o Brasil detinha 116 mil alunos matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu*, e esse valor passou para 313 mil, um aumento de 170%, no ano de 2017. Ainda, no mesmo período, o número de bolsas de mestrado e doutorado distribuídas pela CAPES aumentou de 21.501 para 93.801, um crescimento de 336%, o que repercutiu em elevação substancial de titulados, jovens mestres e doutores (BRASIL, 2019), como identificado neste estudo. Assim, os jovens doutores são, em parte, resultado da ampliação de oportunidades ao longo dos anos, em função da elevação do número de programas de doutorado, cujo período de 1996-2014 apresentou 210,2% de aumento na oferta (CGEE, 2016).

Tal investimento requer comprometimento dos entes envolvidos com o processo de fortalecimento da ciência nacional, e a CAPES, por meio da adoção de parâmetros avaliativos quadrienais, desde 1998, tem monitorado os programas *stricto sensu*, mediante a alimentação feita por esses na Plataforma Sucupira, uma importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações, além de ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (CAPES, 2014).

A produção acadêmica e científica dos docentes inseridos na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é importada para plataforma Sucupira por meio da Plataforma Lattes, tratando-se de um sistema de informação curricular, onde se pode avaliar as produções dos/as pesquisadores/as através dos registros das produções científicas e tecnológicas (BRITO; QUONIAM; MENA-CHALCO, 2016). A partir dessas importações, os programas são avaliados quantitativamente e qualitativamente quanto a critérios pré-definidos por área de concentração pela CAPES.

Para tanto, objetivando o alcance da excelência avaliativa, os programas e seus docentes neles inseridos são estimulados a desenvolverem suas atividades de forma a contemplarem os critérios avaliativos da CAPES, a exemplo a proposta do programa, a composição e qualificação do corpo docente e discente, a quantidade e qualidade de teses e dissertações defendidas, a produção intelectual e a inserção social, havendo grande destaque para o aumento e *performance* da produtividade acadêmica e científica, sendo essa mais expressiva em regiões brasileiras que concentram os maiores complexos educacionais (KAWASAKI, 2017).

É fato que a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* tende a se concentrar em regiões mais privilegiadas do país, a exemplo daquelas que detêm maior atividade econômica e maior concentração populacional. De fato, em 2017, uma elevada concentração da pós-

graduação *stricto sensu* na região Sudeste foi identificada, com 1.554 programas (43,69%), seguida pelas regiões Sul, com 780 (21,93%); Nordeste, com 729 (20,49%); Centro-Oeste, com 303 (8,52%) e Norte, com 191(5,37%) (BRASIL, 2019).

Atualmente, com seus 963 programas de pós-graduação *stricto sensu* cadastrados na Plataforma Sucupira, o Nordeste vem se destacando pelo aumento de produtividade acadêmica e científica e pelo número de docentes vinculados aos seus programas (CAPES, 2014). No ano de 2017, após a região Sudeste, que concentrou 47.870 professores (47,73%), a região Nordeste manteve-se em segundo lugar, com 19.888 docentes (19,83%) (BRASIL, 2019).

Independente da região de fixação, docentes *stricto sensu* são orientados para uma lógica produtivista intelectual, que se concentra nos resultados da produção científica, confere pouco valor ao processo de trabalho em si e desconsidera demais fatores que implicam diretamente nessa produção, como as dimensões sociais, humanas, políticas e culturais, a exemplo das questões de gênero e maternidade, que acabam por interferir na atividade docente *stricto sensu* e impactam na ascensão e permanência de docentes do sexo feminino nos programas (MELLO-CARPES *et al.*, 2019).

Embora mulheres e homens possam concluir em percentuais semelhantes seus cursos de doutorado, de fato, a diferença entre eles aparece no exercício docente *stricto sensu* (CAPES, 2018). Nesse cenário, docentes do sexo feminino ocupam os menores espaços (aproximadamente 42%), embora superem os homens no percentual de doutoras tituladas ano a ano no país (CAPES, 2018).

Algumas condições interferem na trajetória de mulheres cientistas, tais como as desigualdades e estereótipos de gênero, sendo essa condição identificada na amostra do estudo, uma vez que, em relação à produtividade geral em programas de pós-graduação *stricto sensu*, docentes do sexo feminino, especialmente as que gozaram da licença maternidade, apresentaram menor produção quando comparado aos docentes do sexo masculino.

Corroborando com esse resultado, Crispin (2015) aponta que, após consulta ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Lattes), a representatividade e produtividade de professores doutores do sexo feminino é menor que o do sexo masculino; umas das explicações para a descontinuidade na produtividade são as responsabilidades com a educação e cuidado com os filhos, além da dedicação com afazeres domésticos, atividades essas historicamente delegadas a mulheres e que consomem muito seu tempo.

O estudo de Sousa e Guedes (2016) reforça esse papel, ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 a 2014 sobre realização de afazeres domésticos entre homens e mulheres com mais de 16 anos, com porcentagem acima de 90% dessa atribuição executada pelo sexo feminino, em detrimento de pouco mais de 50% para o sexo masculino. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016 (UNDP, 2016) ainda traz que, enquanto homens ocupados destinam apenas 10 horas semanais para trabalhos domésticos e momentos com a família, mulheres ocupadas perfazem mais que o dobro, com 24 horas semanais.

Tal realidade é ratificada pela divisão sexual do trabalho, que incumbe à mulher o trabalho reprodutivo e os afazeres domésticos. Observa-se uma sobrecarga de trabalho devido a poucos mecanismos e ferramentas que possibilitem a conciliação entre as atividades domésticas e os exercícios laborais remunerados (JABLONSKI, 2010).

Além dos afazeres domésticos, outras obrigações são ditas como exclusivas do público feminino e, dentre essas, destaca-se a maternidade, pois ela traz consigo diversas mudanças no campo familiar, social e profissional da mulher, que podem acontecer desde o início da gestação e já trazer repercussões no seu dia a dia. Dessa forma, é necessário, no caso das docentes pesquisadoras inseridas em programas *stricto sensu*, conciliar a gestação, o cuidado com a prole e o desenvolvimento de suas pesquisas (IVO; FERREIRA, 2019), o que reforça a cultura de que elas são as responsáveis pelo cuidado dos filhos e devem se realizar na maternidade. Ao homem docente e cientista, é destinado o exclusivo cuidado com a carreira, mantendo o seu nível de produtividade elevado, mesmo após o nascimento de seus filhos (ANDRADE, 2018).

Essa imposição de fato reflete na redução da produtividade acadêmica e científica feminina. De acordo com Lacerda *et al.* (2008) a maternidade tem impacto negativo na carreira acadêmica em 81% das mulheres entrevistadas. Isso se deve ao fato de que, enquanto as pesquisadoras sem filhos mantêm uma taxa de produção científica regular, as que são mães costumam ter essa produtividade reduzida de forma significativa, mantendo essa queda durante os quatro primeiros anos da vida da criança. Ressalta-se que a reduzida produtividade pode causar insatisfação e descontentamento profissional (ALVES, 2017), podendo haver prejuízos maiores na dedicação e motivação para a prática docente, a adoção de metodologias ativas, a extensão e a pesquisa, com posterior esgotamento da saúde física e mental.

Outro ponto de destaque, para além da produtividade científica, volta-se para a maior dificuldade que essas docentes apresentam para manterem níveis elevados de qualificação. Como exemplo, aponta-se a participação em eventos científicos como importante instrumento de capacitação – tanto do ponto de vista pessoal, quanto acadêmico – além de permitir a comunicação, ainda que informal, da ciência produzida, o que pode contribuir para

a maior visibilidade da pesquisadora (LACERDA *et al.*, 2008; HAYASHI; GUIMARÃES, 2016) e oportunizar-lhes posições de destaque em disputas no universo científico. No entanto, na amostra do estudo, docentes femininas com licença-maternidade foram as que apresentaram os menores indicadores de participação em eventos científicos, possivelmente em decorrência dos obstáculos impostos ao seu deslocamento e cuidados com a prole, o que pode impactar na sua capacidade produtiva, parcerias institucionais e atrasos frente ao acompanhamento da evolução científica em sua área de atuação.

Essa é uma situação que precisa ser pensada e discutida dentro dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente pelas agências avaliadoras, tendo em vista que as repercussões do recorte de gênero e de maternidade impactam negativamente não somente na produtividade docente feminina e na sua vida, mas também, nos marcadores e indicadores avaliativos dos programas. Frente ao primeiro aspecto, as exigências acadêmicas podem levar ao esgotamento físico e mental da docente, uma vez que, para se manter na profissão científica e em programas de mestrado e doutorado, são necessários requisitos básicos, sendo exigido, entre outras, um quantitativo de atividades, publicações e projetos de pesquisa para construir uma carreira acadêmica estável e bem sucedida, necessitando de uma produção expressiva para que se possa concorrer com igualdade a editais de bolsas, recursos e projetos, bem como garantir sua permanência nesses programas (SILVA, 2013).

Tal situação reforça uma segregação hierárquica de gênero no espaço acadêmico-científico, caracterizada pelo déficit na velocidade com que mulheres ascendem em suas carreiras, mesmo apresentando capacidades e habilidades idênticas ou superiores aos seus similares do sexo masculino (VAZ, 2013). Tal fenômeno é arraigado em práticas discriminatórias, visíveis ou invisíveis, que põem à prova o aspecto cognitivo feminino (MARRY, 2008).

Assim, levar em consideração as diferenças históricas e culturais na inserção e manutenção de docentes femininas nos espaços acadêmicos e científicos se faz necessário e importante, procurando-se o distanciamento da padronização androcêntrica de comportamentos, que estipula para as docentes do sexo feminino a construção de uma identidade profissional de acordo com o “modelo masculino”, que envolve compromissos em tempo integral com o trabalho científico, relações competitivas e produtivas (VELHO, 2006), havendo, dessa maneira, uma incompatibilidade entre o tempo dispensado para o trabalho doméstico, o cuidado com a prole a dedicação reforçada no meio intelectual.

Aponta-se portanto, a necessidade de se avaliar o currículo de uma docente do sexo feminino, principalmente se mãe de crianças pequenas, de forma diferenciada, seja nos processos quadrienais avaliativos da CAPES, seja diante um concurso docente, ou na tentativa de se pleitear uma bolsa ou concorrer a editais, sendo necessário pensar em estratégias para sinalizar que essa docente esteve em licença-maternidade, o que justificaria uma possível

“lacuna de produção no Lattes” neste período (NUCCI, 2018) e garantiria condições de igualdade dessas docentes com os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo incita reflexões sobre o viés de gênero incutido no âmbito científico da pós-graduação *stricto sensu*, que pode dificultar o desempenho produtivo equânime entre homens e mulheres, uma vez que, na amostra estudada, verificou-se disparidade em relação à frequência com que docentes masculinos desenvolvem atividades científicas e didáticas, em detrimento de uma produtividade menor nas mesmas atividades entre mulheres sem licença-maternidade, as quais ainda se sobrepõem em produção em relação às mulheres com licença-maternidade. Tal resultado suscita reflexões de um duplo impacto, não somente sob o enfoque da desvalorização da mulher no trabalho produtivo, como pelo déficit na compatibilidade de conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo, podendo levar a tensões nos papéis de mãe e pesquisadora, que refletem negativamente no seu desempenho.

Assim, o estudo direciona para a importância de se refletir sobre políticas de igualdade de gênero, tanto para o redimensionamento do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, como para a maior valorização da mulher no âmbito laboral do universo acadêmico-científico. Além disso, aponta-se a necessidade de políticas públicas institucionais que equiparem as oportunidades na produção científica e docente entre homens e mulheres, de modo que essas não precisem optar pelo papel de mãe, em detrimento do papel de pesquisadora e cientista.

REFERÊNCIAS

ABDALA, M. S.; MOURA, S. B. A inserção da mulher no magistério: da vocação ao profissionalismo nas escolas de educação primária. *ReonFacema*, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 169-173, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/74>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALVES, Priscila Castro. *Qualidade de vida e esgotamento profissional do professor universitário*, 2017. Orientador: Helena Borges Martins da Silva Paro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ANDRADE, R. O. Maternidade no currículo. *Pesquisa Fapesp*, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/maternidade-no-curriculo/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ATAIDE, P. C.; NUNES, I. M. L. Feminização da Profissão Docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 9, n. 1, p. 167-188, jan./jun. 2016. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/4984/0>. Acesso em: 05 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v9n1p167-188>.

BACKES, V. P.; THOMAZ, J. R.; SILVA, F. F. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, Inhumas, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016.

BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. *Psicologia em estudo*, [S.L.], v. 25, e46325, p. 1-16, 28 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/46325>. Acesso em: 25 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.46325>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Pós-graduação stricto sensu e Produção científica no brasil*. Estudo Técnico. Consultoria Legislativa, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. *Resolução 466/2012*. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. *Resolução 510/2016*. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRILHANTE, A. V. M.; MOREIRA, G. A. R.; VIEIRA, L. J. E. S.; SILVA, R. M.; CATRIB, A. M. F. The “Northeastern Male” in formative years: sexuality and gender relations among teenagers. *Rev. Bras. Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 471-78, 30 dez. 2015.

BRITO, A. G. C.; QUONIAM, L.; MENA-CHALCO, J. P. Exploração da Plataforma Lattes por assunto: proposta de metodologia. *TransInformação*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 77-86, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/P3CJs6ms3HsTbQxsQKqKYps/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800006>.

CAMPOS, M. L. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto Brasileiro: A constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais & Humanas*, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 35-54, 20 out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310>. Acesso em: 10 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2317175827310>.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. *Mestres e doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília, DF: 2016. 348p.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2018). *GEOCAPES*. Disponível em: <https://geoCAPES.CAPES.gov.br/geoCAPES/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Matrícula no mestrado e doutorado no Nordeste cresce 200%. *Universidade Federal de Campina Grande*. 2019. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/em-dia/498-matricula-no-mestrado-e-doutorado-no-nordeste-cresce-200.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). *Plataforma Sucupira*. Brasil, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CRISPIN, A. L. *Trabalho e gênero: análise da feminização e feminilização na docência do ensino superior na universidade do extremo sul catarinense*. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – *Universidade do Extremo Sul Catarinense*, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/4349>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FARIA, I. B. *A trajetória das mulheres na ciência: as consequências e os desafios de produzir conhecimento em um mundo historicamente masculino*. 2018. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FREITAS, M. F. Q.; SOUZA, J. Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação stricto sensu. *Educar em Revista*. Curitiba, v. 34, n. 71, p. 9-18, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-9.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62549>.

GREGORY, J. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 47-68, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949>. Acesso em: 15 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v30n2-2017-3>.

HAYASHI, M. C. P. I.; GUIMARÃES, V. A. L. A comunicação da ciência em eventos científicos na visão de pesquisadores. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p.161-183, set/dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/63251>. Acesso em: 16 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245223.161-183>.

IVO, A. A.; FERREIRA, C. F. Maternidade e produção científica: Análise dos editais de fomento à pesquisa nas Universidade Públicas do Rio Grande do Sul. *Revista Diversidade e Educação*, [S.L.], v. 7 (especial), p. 165-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9428>. Acesso em: 18 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v7iEspecial.9428>.

JABLONSKI, B. A. Divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpcp/a/mJKLzrKLJCcMpnNHfr9PcGt/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200004>.

KAWASAKI, B. C. Critérios da avaliação Capes para Programas de Pós-Graduação. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 60, p. 102-117, maio 2017. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/60/mat10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KUENZER, A.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NCGYCZkVyFqBNwCTJnjWJ8x/?lang=pt>. Acesso em: 15. ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400015>.

LACERDA, A. L.; WEBER, C.; PORTO, M. P.; SILVA, R. A. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.130-144, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/553/678>. Acesso em: 14 set. 2020.

LANDERDAHL, M. C.; VIEIRA, L. B.; CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. M. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 306-312, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127728367015>. Acesso em: 12 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000200015>.

MARRY, C. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico: O exemplo da biologia. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H.; SORJ, B. (org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 401-419.

MELLO-CARPES, P. B.; ABREU, A. R. P.; STANISCUASKI, F.; SOUZA, M. A; CAMPAGNOLE-SANTOS, M. J.; IRIGOYEN, M. C. Actions developed by the Brazilian Physiological Society to promote women participation in science. *Advances in Physiology Education*, [S.L.], v. 43, n. 2, p. 199-206, 1 jun. 2019. American Physiological Society. Disponível em: <https://journals.physiology.org/doi/full/10.1152/advan.00216.2018>. Acesso em: 15 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1152/advan.00216.2018>.

NUCCI, M. F. Maternidade, gênero e ciência: reflexões e tensionamentos. *Apresentação na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, dez. 2018, p. 1-17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010.

PARADELLA, R. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. *Agência de notícias IBGE*. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 91-115.

SILVA, F. F. Conciliando identidades: Mulher, mãe, esposa cientista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Disponível em: http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384792028_ARQUIVO_FabianeFerreiradaSilva.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estud. av.*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYfWgp/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>.

United Nations Development Programme (UNDP). *Human Development Report 2016*. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (org.). *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006. p. 13-18.

Suzete Gonçalves Caçula

Enfermeira, graduada pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Enfermagem URCA, da Universidade Regional do Cariri (URCA).

suzetecacula@gmail.com

Mauro Mccarthy de Oliveira Silva

Enfermeiro. Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Mestrando em Enfermagem pelo programa de mestrado acadêmico em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA). Especialista em Emergência e Unidade de Terapia Intensiva pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Participante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI).

mauro_mccarthy@hotmail.com

Beatriz de Castro Magalhães

Enfermeira graduada pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestranda em Enfermagem pelo programa de mestrado acadêmico em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI).

beatriz.castromagalhaes@urca.br

Grayce Alencar Albuquerque

Enfermeira. Docente do quadro efetivo da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Ciências da Saúde pelo programa de pós-graduação da Faculdade de Medicina do ABC. Docente Permanente do programa de mestrado acadêmico em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri - URCA. Líder do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI). Coordenadora do Observatório de Violência e Direitos Humanos na região do Cariri pela URCA. Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET Enfermagem URCA, da Universidade Regional do Cariri (URCA).

grayce.alencar@urca.br